

INQUÉRITO 4.919 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : ANDRÉ FERNANDES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AUT. POL. : POLÍCIA FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de inquérito instaurado, a pedido da Procuradoria-Geral da República, em face do Deputado Federal ANDRÉ FERNANDES, eleito no pleito de 2022, para apuração de fatos trazidos ao conhecimento do titular da ação penal, em razão do conteúdo verificado em mensagem amplamente divulgada na mídia e que traduz potencialidade delitiva, considerando o que dispõe o artigo 102, inciso I, alínea "c", da Constituição da República.

Em decisão de 12/1/2023, foi determinado o encaminhamento autos à Polícia Federal para que, no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, reunisse os elementos necessários à sua conclusão, efetuando as inquirições e realizando as demais diligências necessárias à elucidação dos fatos, apresentando, ao final, peça informativa.

Novamente, em 12/4/2023, considerando a necessidade de prosseguimento das investigações e a existência de diligências em andamento, nos termos previstos no art. 10 do Código de Processo Penal, foi prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o presente inquérito.

Em 24/5/2023, a Polícia Federal apresentou o relatório conclusivo da investigação, concluindo que:

“Ante os fatos narrados e do que foi colhido na investigação policial, tem-se que o Deputado Federal ANDRÉ FERNANDES praticou a conduta inculpada no art. 286, CP – incitar, publicamente, a prática de crime, qual seja, de tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício

dos poderes constitucionais;

Importa ressaltar que, se a primeira postagem, no dia 06/01/23 (fls.47), que diz: 'Neste final de semana acontecerá, na Praça dos Três Poderes, primeiro ato contra governo Lula. Estaremos lá!' parece não ser explícita quanto à incitação, com a segunda postagem (fls.50), já no dia 08/01/23, em que o investigado publicou a imagem da porta de um armário vandalizado, naquele mesmo dia, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, contendo a inscrição do nome do Ministro ALEXANDRE DE MORAES, na qual inseriu a seguinte legenda: 'Quem rir, vai preso', depreende-se que ele coadunou com a depredação do patrimônio público praticada pela turba que se encontrava na Praça dos Três Poderes e conferiu ainda mais publicidade a ela (tendo em vista o alcance das suas redes sociais) restando, portanto, demonstrada sua real intenção com aquela primeira postagem, que era a de incitar a prática delituosa acima citada;

Frise-se também que o compartilhamento, pelo próprio investigado, das referidas imagens de destruição do patrimônio público contraria a sua fala de que no dia 08/01/2023, ainda durante os ataques, publicou na sua conta do Twitter que não compactuava com a depredação de patrimônio público" (fls. 74).

É o breve relato. DECIDO.

Abra-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República, para manifestação quanto ao relatório conclusivo da Polícia Federal (eDoc. 17, fls. 38-42), no prazo de 15 (quinze) dias.

Intime-se.

Cumpra-se.

Brasília, 24 de maio de 2023.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente

INQ 4919 / DF